

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA – IG

Ali Hussein Ghosn

**Considerações sobre a questão Palestina e sua representação
nos livros didáticos de Israel a partir de Peled-Elhanan:
manipulação ideológica do conflito e o novo imperialismo**

Uberlândia-MG
2024

Ali Hussein Ghosn

**Considerações sobre a questão Palestina e sua representação
nos livros didáticos de Israel a partir de Peled-Elhanan:
manipulação ideológica do conflito e o novo imperialismo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Geografia, no Instituto de
Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Regina
Gonçalves

Uberlândia-MG
2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G427 2024	<p>Ghosn, Ali Hussein, 1994- Considerações sobre a questão Palestina e sua representação nos livros didáticos de Israel a partir de Peled-Elhanan: manipulação ideológica do conflito e o novo imperialismo [recurso eletrônico] / Ali Hussein Ghosn. - 2024.</p> <p>Orientadora: Amanda Regina Gonçalves . Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Geografia.</p> <p>Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. , Amanda Regina Gonçalves, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Ali Hussein Ghosn

**Considerações sobre a questão Palestina e sua representação
nos livros didáticos de Israel a partir de Peled-Elhanan:
manipulação ideológica do conflito e o novo imperialismo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Geografia, no Instituto de
Geografia da Universidade Federal de
Uberlândia.

Uberlândia-MG, 12 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Amanda Regina Gonçalves (IG/UFU) - Orientadora

Profa. Dra. Glaucia Carvalho Gomes (IG/UFU)

Profa. Dra. Lais Ribeiro Silva (IG/UFU)

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus familiares que resistiram e resistem ao sionismo, em especial ao meu avô paterno, cuja centenária vida atravessou os turbulentos conflitos do século XX e ainda atravessa os mesmos turbulentos conflitos no século XXI. Sua resiliência e determinação são uma inspiração constante para mim e para um povo que não quer viver como refugiado em outra pátria.

Não posso deixar de agradecer também ao meu pai, um refugiado da ocupação israelense no sul do Líbano no final da década de 1970. Sua coragem e perseverança diante das adversidades são um testemunho vivo da força do espírito humano.

Além disso, gostaria de prestar homenagem a todos os mártires libaneses, palestinos, sírios e de todas as nacionalidades que sacrificaram suas vidas na luta por justiça, liberdade e dignidade. Seus sacrifícios não serão esquecidos e continuarão a inspirar gerações futuras a lutar por um mundo mais justo e pacífico.

Agradeço também a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha jornada acadêmica e pessoal, fornecendo apoio, encorajamento e sabedoria ao longo do caminho.

Este trabalho é dedicado a todos os que resistiram, lutaram e se sacrificaram por uma causa maior. Que suas memórias sejam eternas e seu legado perdure para sempre.

Resumo

Este trabalho discute representações sobre o conflito entre Israel e Palestina, a partir de estudos que examinam criticamente a representação da Palestina em livros didáticos de Israel, e também traz contribuições conceituais e de conteúdos históricos e geográficos, para abordar esse conflito nas disciplinas escolares de Geografia e História, na educação básica brasileira. Centra-se, principalmente, nos estudos da israelense Nurit Peled-Elhanan (2019), a qual lança luz sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense, de forma que auxilia a compreender como a invisibilidade e visibilidade da Palestina são retratadas nesses materiais educacionais, influenciando a percepção dos estudantes sobre a questão Palestina. Além disso, este estudo contextualiza a questão Palestina à luz da crítica às narrativas da pós-modernidade e o novo imperialismo apresentadas pelo geógrafo britânico David Harvey (1992; 2003).

Palavras-chave: Questão Palestina; livro didático; Ensino de Geografia

Abstract

This work discusses representations of the conflict between Israel and Palestine, based on studies that critically examine the portrayal of Palestine in Israeli textbooks. It also brings conceptual and historical/geographical content contributions to address this conflict in the school subjects of Geography and History in Brazilian basic education. It primarily focuses on the studies of the Israeli scholar Nurit Peled-Elhanan (2019), who sheds light on the ideology and propaganda present in Israeli education, aiding in understanding how the invisibility and visibility of Palestine are depicted in these educational materials, influencing students' perception of the Palestinian issue. Additionally, this study contextualizes the Palestinian issue in light of the critique of postmodernity narratives and the new imperialism presented by the British geographer David Harvey (1992; 2003).

Palavras-chave: Palestinian issue; textbook; Geography education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZANDO O “CONFLITO” ENTRE ISRAEL E PALESTINA	14
1.1. Iniciando os estudos sobre a questão Palestina	14
1.2. Contexto histórico e geográfico do conflito entre Israel e Palestina	17
1.2.1. Resistência Palestina: história e importância do Fatah e do Hamas	21
1.2.2. As influências do Hezbollah na Palestina	24
CAPÍTULO 2. MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA EM LIVROS DIDÁTICOS E ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA	25
2.1. Representação da Palestina nos livros didáticos de Israel: uma análise crítica	25
2.2. Ideologia e propaganda na educação: manipulações em livros didáticos de Israel	27
2.3. Articulando a compreensão da questão Palestina com as dinâmicas do “novo imperialismo”	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características de alguns dos principais acordos entre Israel e Palestina.	19
Quadro 2. Características de alguns dos principais conflitos entre Israel e Palestina.	20
Quadro 3. Características de alguns dos principais movimentos de resistência palestina.	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Palestina no Oriente Médio, formada pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia.	14
---	----

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar discussões acerca das representações sobre o conflito entre Israel e Palestina, a partir de estudos que examinam criticamente a representação da Palestina em livros didáticos de Israel, e também trazer contribuições conceituais e de conteúdos históricos e geográficos, para abordar esse conflito nas disciplinas escolares de Geografia e História, na educação básica brasileira. Para isso, o trabalho centra-se, principalmente, nos estudos da israelense Nurit Peled-Elhanan (2019), a qual lança luz sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense, de forma que auxilia a compreender como a invisibilidade e visibilidade da Palestina são retratadas nesses materiais educacionais, influenciando a percepção dos estudantes sobre a questão Palestina. Além disso, este estudo contextualiza a questão Palestina à luz da crítica às narrativas da pós-modernidade e o novo imperialismo apresentadas pelo geógrafo britânico David Harvey (1992; 2003).

Israel se considera uma democracia, mas tem atos que diferem muito deste sistema, como as inúmeras leis racistas e privação de direitos políticos. A democracia é mais do que um sistema político; é um processo contínuo de participação popular, igualdade política e engajamento cívico para promover a justiça social e o bem comum. (Santos; Chauí, 2016). Os discursos de democracia se sustentam quando há um controle institucionalizado para que exista uma maioria que aja a favor das pretensões do Estado. Nesse sentido, a educação escolar e o livro didático são muito utilizados como instrumentos para essas pretensões e como forma de perpetuar o discurso de dominação e de elencar no imaginário israelense o apego à memória nacional, atuando de forma que o racismo¹ deixe de ser somente subliminar e passe a ser concreto, organizado e duradouro na vida de cada geração escolarizada.

Alguns exemplos que Altman (2023) aborda nesse sentido são:

¹ Segundo Marilena Chauí (2013), o racismo é uma forma de discriminação e preconceito baseada na raça ou etnia de uma pessoa. Isso pode incluir a crença na superioridade de uma raça sobre outras, bem como a prática de tratamento injusto, desigual ou violento em relação a indivíduos de determinadas raças ou etnias. O racismo pode ser manifestado de diversas maneiras, desde atitudes e comportamentos discriminatórios até políticas institucionais e estruturas sociais que perpetuam a desigualdade com base na raça. É uma violação dos direitos humanos e pode ter impactos devastadores sobre as vítimas, incluindo marginalização, exclusão social, violência e acesso limitado a oportunidades educacionais, de emprego e de saúde. O combate ao racismo requer esforços individuais e coletivos para promover a igualdade, a inclusão e o respeito pela diversidade racial e étnica. Harvey examina como as estruturas econômicas, políticas e sociais moldam e reproduzem desigualdades com base em classe, raça, gênero e outras formas de identidade. Ele destaca como o capitalismo, em sua busca por acumulação de capital e expansão, pode perpetuar e até mesmo intensificar essas desigualdades, exacerbando os problemas enfrentados por grupos racialmente marginalizados.

1. **Lei de Cidadania e entrada em Israel:** esta lei define quem é considerado um cidadão de Israel e concede direitos aos cidadãos, mas não estende os mesmos direitos aos palestinos que vivem em áreas sob controle israelense, como na Cisjordânia ocupada e em Gaza.
2. **Leis de Assentamento e Apropriação de Terras:** Israel mantém e promove assentamentos judaicos em territórios ocupados, o que é considerado ilegal pela lei internacional. Esses assentamentos muitas vezes resultam na expropriação de terras palestinas e restrições ao acesso a recursos naturais.
3. **Leis de Nakba:** um dos principais mecanismos de combate à memória árabe, onde nenhuma instituição pode relembrar o Nakba como luto e tragédia do povo Palestino, tendo como risco a perda de financiamento público.
4. **Leis de Detenção Administrativa:** Israel pratica a detenção administrativa, que permite a detenção sem acusação formal por períodos prolongados. Isso afeta principalmente os palestinos, muitos dos quais são detidos sem julgamento por períodos indefinidos.
5. **Lei do Retorno:** embora esta lei permita que qualquer judeu do mundo tenha o direito de se estabelecer em Israel e obter a cidadania israelense automaticamente, os palestinos que foram deslocados durante a criação de Israel em 1948 (conhecida como Nakba) e seus descendentes não têm um direito similar de retorno às terras de onde foram expulsos.

Originalmente o trabalho foi pensado com o objetivo de fazer análises diretas dos livros israelenses, porém com o início do conflito em 07 de Outubro de 2023, o acesso aos livros deixou de estar disponível para o público estrangeiro e por esse motivo optamos por analisar a obra de Nurit Peled-Elhanan, “Ideologia e propaganda na educação: os palestinos nos livros didáticos israelenses”.

Peled-Elhanan (2019) demonstra como é feita essa perpetuação do discurso racista nos livros didáticos israelenses e oferece uma visão abrangente das complexas dinâmicas envolvidas na representação, o que pode contribuir com um ensino de Geografia na escola que busca uma compreensão mais profunda das interações entre ideologia, propaganda e educação, e para o desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e críticas na educação sobre o conflito entre Israel e Palestina.

Para além dos conflitos intensificados na atualidade na Palestina, a motivação para este trabalho também se origina na minha descendência libanesa, uma vez que parte da minha família se encontra em situação de refugiado, vivendo no município de

Uberlândia-MG e São Paulo-SP. Meu pai nasceu na cidade de Al Khyam, no sul do Líbano, em 1959, e veio para o Brasil como refugiado no final da década de 1970, quando o Sul do Líbano foi tomado por Israel. Sou neto de um libanês centenário que, nascido na década de 1920, acompanhou todos os conflitos no Líbano e na Palestina, causados pela colonização Francesa e Inglesa e pela criação do Estado de Israel e, ainda hoje, sofre e vive em constantes fugas dos ataques sionistas, sendo um exemplo de um povo que não quer viver como refugiado em outro país. Assim, inquietações sobre assuntos que envolvem a Palestina, frustrações em relação às ações internacionais na região, minha origem étnica, e minha atual formação para professor de Geografia me motivaram a pesquisar e escrever sobre os conflitos nessa região tão rica em história e cultura, que contribui bastante para a sociedade atual em vários aspectos.

CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

1.1. Iniciando os estudos sobre a questão Palestina

A Palestina é uma região historicamente associada à área que inclui partes de Israel, Jordânia e territórios palestinos, como a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Esta região tem uma importância histórica e religiosa significativa para cristãos, judeus e muçulmanos (Pappé, 2016).

Figura 1. Localização da Palestina no Oriente Médio, formada pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia.



Fonte: Mundo Educação. Acesso em: 17/04/2024.

Em termos de estratégia geopolítica, a região é de grande importância devido à sua localização no Oriente Médio, uma área de interesse global devido aos seus recursos naturais, como petróleo e gás, bem como sua localização estratégica para o comércio internacional, pois está situada entre a África, Ásia e Europa (Said, 2012).

A questão Palestina representa um dos conflitos mais duradouros e complexos do mundo contemporâneo. Após a criação do Estado de Israel em 1948, o conflito israelense-palestino gerou uma série de eventos, incluindo o deslocamento forçado de milhares de palestinos e a formação de uma diáspora palestina significativa. Dentro das fronteiras de Israel, uma comunidade palestina permaneceu, enfrentando desafios complexos relacionados à sua identidade, cidadania e igualdade de direitos. Paralelamente, as comunidades palestinas dispersas pelo mundo também enfrentaram desafios únicos, impactando sua cultura, economia e políticas locais.

[...] o nome, e é claro, a própria ocupação física da Palestina carrega um fardo imaginativo e doutrinal – de uma realidade para uma não realidade, de uma presença para uma ausência. O argumento mais relevante é que, no que concerne os árabes-palestinos, o projeto sionista para a Palestina (e sua conquista) foi simplesmente o mais bem-sucedido e, até hoje, o mais longo dos muitos projetos semelhantes que a Europa concebeu desde a Idade Média (Said, 2012, p. 12).

A criação do Estado de Israel fez e faz muitas vítimas até os dias atuais. O contato da população palestina com a guerra se inicia desde muito cedo, pelas suas próprias vivências cotidianas com as marcas que as guerras deixam nos espaços por onde se circula; pelas memórias de seus familiares e amigos, na maioria das vezes marcadas por violência e medo; pelos discursos governamentais e midiáticos que circulam na sociedade.

Um dos espaços emblemáticos onde os estudos sobre os conflitos se dão de forma sistematizada é na sala de aula das escolas, onde as gerações são educadas e aprendem a interpretar os fenômenos que envolvem as guerras e a projetar o futuro de seu território e da população.

Dado a localização geográfica de Israel, um país vizinho de várias outras nações orientais, grupos sociais iniciaram processos de apagamento da presença desse povo na região. O massacre passa a ocorrer não apenas por meio de combates físicos, mas também por meio da construção política e ideológica que nega a existência de um grupo humano (Pappé, 2016).

Lançar luz sobre a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel pode revelar as intrincadas interações entre ideologia, propaganda e educação, pois a forma como a Palestina é retratada nesses materiais educacionais desempenha um papel crucial na formação da percepção dos estudantes sobre o conflito, impactando suas atitudes e visões de mundo.

Importantes estudos têm sido realizados com o objetivo realizar uma análise crítica da representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, tal como o de Peled-Elhanan (2019). Ela demonstra como a invisibilidade e visibilidade da Palestina são moldadas por ideologias presentes no currículo escolar, influenciando a percepção dos estudantes sobre a Questão Palestina. Ao examinar esses aspectos, a autora busca compreender as complexas camadas de significado por trás das representações, bem como seu impacto na perpetuação do conflito Israel-Palestina.

No centro da história encontra-se um discurso crítico antitético a memória, cujo objetivo principal, especialmente no caso da memória coletiva, não é compreender o passado e sim compor um “passado aproveitável” que justifique o “nosso” modo de fazer as coisas, ao mesmo tempo que deslegitima o modo “deles”. O principal objetivo da memória coletiva é distinguir o grupo dos demais (Peled-Elhanan, 2019, p. 33).

Assim, esse trabalho tem como objetivo contextualizar as descobertas de Peled-Elhanan à luz das características histórico-geográficas do conflito entre Israel e Palestina, bem como estabelecer articulações dessa situação com discussões propostas por Harvey (1992) sobre a realidade atual, que nos oferece suporte para aprofundar questões geográficas do conflito e das narrativas presentes nos livros didáticos. Ao integrar essa análise, buscamos desvendar as construções de realidade e verdade que permeiam discursos educacionais, proporcionando uma visão acerca das estruturas de poder e controle que tentam moldar a visão dos estudantes. Além disso, com a análise desses elementos em conjunto, pretendemos fornecer reflexões sobre a dinâmica complexa entre educação, ideologia e geografia, contribuindo para uma compreensão mais holística da Questão Palestina e suas implicações sociais e políticas.

Neste contexto, este estudo busca oferecer uma análise crítica da manipulação ideológica na educação israelense, e também lança luz sobre os desafios e oportunidades para promover uma compreensão mais justa e equitativa do conflito Israel-Palestina, começando pelo ambiente educacional.

1.2. Contexto histórico e geográfico do conflito entre Israel e Palestina

A influência da Bíblia e de seu uso político na criação de Israel é profunda e multifacetada. Para compreender completamente essa conexão, é crucial considerar o contexto histórico, religioso e político.

De acordo com Sand (2011), muitos judeus acreditam que Deus prometeu a terra de Israel aos descendentes de Abraão, como está registrado no Antigo Testamento da Bíblia. As promessas feitas aos patriarcas bíblicos, incluindo Abraão, Isaque e Jacó, são consideradas pelos crentes como uma base espiritual para o estabelecimento do Estado de Israel na Terra Santa. No entanto, existem correntes dentro do judaísmo, especialmente entre comunidades ultraortodoxas, que têm visões mais variadas sobre o Estado de Israel. Alguns grupos ultraortodoxos acreditam que a criação do Estado de Israel deve esperar a vinda do Messias, enquanto outros aceitam a existência do Estado, mas não veem isso como uma realização religiosa significativa.

O movimento sionista, que surgiu no final do século XIX, foi influenciado por interpretações religiosas e nacionalistas da Bíblia. Os sionistas acreditavam na necessidade de um lar nacional judaico em Israel, como parte do cumprimento das promessas bíblicas.

O sionismo é um movimento nacional, cunhado na Europa Ocidental por judeus emancipados, para responder a uma problemática da sociedade capitalista explicitada pelos judeus do Império Russo: [...] em crise, o Império Russo estimula a ideologia antisemita, a ponto de as portas irem se fechando às camadas diferentes dentre os judeus [...]. Respondendo a esse anti-semitismo, apoiando-se no nacionalismo europeu, desenvolve-se o sionismo, que é fruto das contradições do capitalismo russo que destruíra as bases do antigo regime (Pinsky, 1978, p. 143).

No final do século XIX e início do século XX, judeus de várias partes do mundo começaram a retornar à Palestina, então parte do Império Otomano. Muitos desses imigrantes eram motivados por suas crenças religiosas e o desejo de estabelecer uma presença judaica na terra que consideravam sagrada com base nas escrituras bíblicas.

O mandato britânico na Palestina que abrangeu o período de 1920 a 1948, foi uma fase crucial marcada pela administração britânica da região, conforme estipulado pela Sociedade das Nações após o fim do domínio otomano. A Declaração de Balfour, emitida em 1917 pelo governo britânico, desempenhou um papel significativo nesse contexto, ao expressar apoio à criação de um "lar nacional para o povo judeu" na Palestina, enquanto também garantia que "nada seria feito para prejudicar os direitos

civis e religiosos das comunidades não-júdas existentes na Palestina". Esta declaração, junto com outros fatores, moldou as dinâmicas políticas, étnicas e religiosas durante o mandato, contribuindo para os desafios enfrentados pela administração britânica na tentativa de conciliar as aspirações dos povos judeu e árabe na região. Durante o mandato britânico na Palestina (1917-1948), a Bíblia continuou a desempenhar um papel na retórica política dos sionistas, bem como na percepção internacional da legitimidade do retorno judaico à Terra Santa.

Em 1948, o Estado de Israel foi estabelecido, em parte, como resposta ao Holocausto e como realização do desejo histórico e religioso de um lar nacional judaico na Terra Santa, conforme descrito em algumas interpretações das escrituras bíblicas.

O conflito entre israelenses e palestinos tem raízes profundas no final do século XIX e início do século XX, quando as tensões aumentaram entre as comunidades judaica e árabe na região histórica da Palestina. No final do século XIX, o movimento sionista, que buscava o estabelecimento de um Estado judaico na Palestina, ganhou força, criando atritos com a população árabe local que já residia na área. "Israel era o retorno a um antigo estado de coisas, embora os fatos tivessem muito mais semelhanças com os métodos e os êxitos do colonialismo europeu do século XIX do que com uns poucos e misteriosos antepassados do século I" (Said, 2012, p. 99).

Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, o movimento sionista ganhou apoio internacional e, em 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o Plano de Partilha da Palestina, que previa a divisão do território palestino em estados judeu e árabe. Em 1948, o Estado de Israel foi proclamado, resultando em conflitos armados com os países árabes vizinhos e no deslocamento forçado de centenas de milhares de palestinos (a Nakba), criando uma crise humanitária e marcando o início de um conflito prolongado (Camargo, 2013).

É de fato muito difícil de entender, aliás de explicar, por que um crime que foi perpetrado em tempos modernos, e num ponto da história que clamava a presença de repórteres estrangeiros e observadores da ONU, pudesse ser tão inteiramente ignorado. No entanto, não há como negar que a limpeza étnica de 1948 foi quase totalmente erradicada da memória coletiva global e apagada da consciência do mundo (Pappé, 2016, p. 29).

O processo de deslocamento e migração forçada de palestinos durante e após o conflito resultou na formação da diáspora palestina (Nakba). Muitos palestinos se tornaram refugiados em países vizinhos e além, vivendo em campos de refugiados e

enfrentando condições difíceis. Esse deslocamento forçado teve um impacto profundo nas comunidades palestinas, moldando sua identidade e experiências ao longo das décadas (Tenório, 2022).

A OLP, assim como qualquer outro grupo que assumisse a causa palestina, tinha que lidar com dois tipos de negação. O primeiro era a negação exercida pelos negociadores internacionais de paz, que sistematicamente escanteavam dos futuros acordos de paz a causa palestina e suas preocupações, se é que não as eliminavam de conjunto. O segundo era a recusa categórica dos israelenses a reconhecer a Nakba e o rechaço absoluto a assumir responsabilidade – legal e moral – pela limpeza étnica que cometeram em 1948 (Pappé, 2016, p. 271).

O conflito israelense-palestino resultou em consequências humanitárias devastadoras, incluindo perda de vidas, deslocamento em massa e a construção de barreiras físicas que limitam a liberdade de movimento. Além disso, o conflito gerou tensões políticas complexas, com disputas sobre fronteiras, direitos territoriais e questões de soberania que continuam a serem pontos de controvérsia e negociação (Said, 2007).

Os palestinos estão na Palestina porque esta é a sua terra, e a única terra natal do povo palestino [...]. Os judeus israelenses estão em Israel porque não há nenhum outro país no mundo a que os judeus, como povo, poderiam chamar seu lar. Como indivíduos, sim, mas não como povo, não como nação. Os judeus foram expulsos da Europa, exatamente da mesma forma que os palestinos foram inicialmente expulsos da Palestina e, em seguida, dos países árabes. Os palestinos tentaram, involuntariamente, viver em outros países árabes. Foram rejeitados, às vezes até humilhados e perseguidos, pela chamada ‘família árabe’. Tomaram conhecimento, da maneira mais dolorosa, de sua ‘palestinidade’, pois não eram desejados como libaneses, como sírios, como egípcios ou como iraquianos. Eles tiveram de aprender, pelo caminho mais difícil, que são palestinos e este é o único país em que eles podem segurar-se (OZ, 2004, p. 36).

Ao longo das décadas de conflito, Israel e os líderes palestinos se envolveram em várias tentativas de alcançar acordos de paz e resolver suas diferenças. Alguns dos acordos mais significativos incluem:

Quadro 1. Características de alguns dos principais acordos entre Israel e Palestina.

Acordos entre Israel e Palestina	Características
Plano de Partilha da ONU (1947)	Embora tecnicamente não tenha sido um acordo entre Israel e os Palestinos, o Plano de Partilha da ONU de 1947 foi uma resolução das Nações Unidas que propôs a divisão da Palestina em um estado judeu e um estado árabe. Israel declarou sua independência no ano seguinte, resultando na Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949.
Acordo de Camp David (1978)	Embora não tenha sido especificamente entre Israel e os Palestinos, o Acordo de Camp David foi um marco importante na busca pela paz no

	Oriente Médio. Este acordo foi entre Israel e o Egito, mediado pelos Estados Unidos, e resultou na normalização das relações entre Israel e o Egito e na devolução do Sinai para o Egito.
Os Acordos de Oslo (1993 e 1995)	Estes foram uma série de acordos entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que levaram a uma mudança significativa no relacionamento entre as duas partes. Os Acordos de Oslo estabeleceram um processo de paz com o objetivo de alcançar uma solução de dois estados, com Israel e um estado palestino coexistindo lado a lado. O acordo previa uma transferência gradual de autoridade para uma Autoridade Palestina autônoma e a realização de negociações finais sobre o status permanente dos territórios palestinos.
Acordo de Wye River (1998)	Este acordo foi uma tentativa de impulsionar o processo de paz estabelecido pelos Acordos de Oslo. Ele estipulava medidas para a retirada israelense de partes da Cisjordânia em troca de compromissos palestinos de combater o terrorismo.
Acordo de Camp David II (2000)	Este acordo de paz, mediado pelos Estados Unidos, foi uma tentativa de resolver as questões mais difíceis entre Israel e os Palestinos, incluindo as fronteiras finais, Jerusalém, refugiados palestinos e assentamentos israelenses. No entanto, as negociações fracassaram e resultaram no início da Segunda Intifada.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013); Lamesa (2021).

Embora esses acordos tenham sido significativos em suas tentativas de resolver o conflito Israel-palestino, muitos deles enfrentaram desafios na implementação e não conseguiram alcançar uma paz duradoura e abrangente.

O processo de limpeza étnica, conduzido pelos sionistas, não se limitava a eliminar todos os árabes da Palestina. Os conflitos entre Israel e os Palestinos têm sido numerosos e complexos ao longo das décadas. Abaixo estão alguns dos principais conflitos entre as duas partes.

Quadro 2. Características de alguns dos principais conflitos entre Israel e Palestina.

Conflitos entre Israel e Palestina	Características
Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949	Também conhecida como Guerra da Independência de Israel, foi travada imediatamente após a declaração de independência de Israel em 1948. Os Estados árabes vizinhos invadiram o recém-criado Estado de Israel, resultando em uma guerra que levou à criação de centenas de milhares de refugiados palestinos.
Guerra dos Seis Dias (1967)	Israel lançou um ataque preventivo contra seus vizinhos árabes em resposta a movimentos militares percebidos como ameaças iminentes. Como resultado, Israel capturou a Cisjordânia, Gaza, Jerusalém Oriental (incluindo a Cidade Velha), a Península do Sinai (do Egito) e as Colinas de Golã (da Síria).
Guerra do Yom Kippur (1973)	Esta guerra começou com um ataque surpresa do Egito e da Síria contra Israel em 6 de outubro de 1973, coincidindo com o feriado judaico do Yom Kippur. Embora Israel tenha conseguido repelir os ataques, a guerra teve consequências significativas, incluindo mudanças na política regional e impulsionando os esforços de paz.
Primeira Intifada (1987-1993)	Um levante palestino contra a ocupação israelense nos territórios palestinos, caracterizado por protestos populares e resistência civil.
Segunda Intifada (2000-2005)	Outro levante palestino, desta vez marcado pela violência armada, incluindo atentados suicidas e operações militares israelenses em

	grande escala.
Operação Chumbo Fundido (2008-2009)	Um conflito entre Israel e o grupo militante Hamas, que controla a Faixa de Gaza, resultando em grande destruição e vítimas em ambos os lados.
Operação Pilar Defensivo (2012)	Outro confronto entre Israel e o Hamas em Gaza, com intensos bombardeios de ambos os lados.
Operação Margem Protetora (2014)	Um conflito prolongado em Gaza, com grande número de vítimas civis e destruição de infraestrutura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013); Lamesa (2021).

Atualmente, enquanto desenvolvia a pesquisa, no dia 07 de outubro de 2023 o Hamas realizou uma ofensiva militar vitoriosa contra Israel, denominada “Tempestade Al Aqsa”. Como resposta, Israel, iniciou um genocídio nos territórios Palestinos, com o pretexto de estar combatendo o Hamas. Conforme reportagens do site Opera Mundi, na Cisjordânia, entre 7 de outubro de 2023 e 10 de janeiro de 2024, já foram registradas mais de 300 mortes de Palestinos, região onde o Hamas não tem influência. Já em Gaza, até o dia 31 de janeiro de 2024, o Ministério da Saúde do Hamas contabilizou mais de 26.700 mortos e 65.000 feridos desde o 7 de outubro de 2023 até o final de Janeiro de 2024. Devido aos bombardeios incessantes e indiscriminados, Gaza está inabitável. Além dos ataques em Gaza e na Cisjordânia, Israel também opera ofensivas no Sul do Líbano contra o Hezbollah (Oliveira, 2023; Paik, 2024; Rahman, 2024; Verdier, 2024).

1.2.1. Resistência Palestina: história e importância do Fatah e do Hamas

O Fatah, que significa "Conquista" em árabe, é um movimento político palestino de longa data, fundado em 1959 por Yasser Arafat, junto com outros líderes nacionalistas palestinos. Desde então, o Fatah emergiu como uma das facções mais antigas e influentes na política palestina. O objetivo central do Fatah é a conquista da autodeterminação palestina e a criação de um estado independente na região historicamente conhecida como Palestina. A organização opera sob uma ideologia nacionalista secular, buscando unir os palestinos em sua luta por liberdade e soberania.

Conforme Pappé (2016), o Fatah é um dos principais membros da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), uma entidade política mais ampla criada em 1964 para representar os interesses do povo palestino. A OLP tem sido historicamente reconhecida como a voz legítima do povo palestino pela comunidade internacional e desempenhou um papel crucial na busca pela autodeterminação e pelos direitos

palestinos. O Fatah, como parte integrante da OLP, contribuiu para as decisões e estratégias coletivas em relação ao conflito israelo-palestino, negociações de paz e outras questões políticas de importância nacional e internacional.

O Fatah funciona de várias maneiras para alcançar seus objetivos. Primeiramente, é um partido político, participando de eleições e engajando-se em processos políticos tanto a nível nacional quanto internacional. Durante décadas, representou os interesses palestinos em negociações de paz com Israel e em foros internacionais.

Além disso, o Fatah opera como uma frente de libertação nacional, envolvendo-se em atividades políticas, sociais e militares para promover os interesses palestinos. Isso inclui a organização de protestos, campanhas de resistência não violenta, bem como a mobilização de recursos para sustentar a luta palestina contra a ocupação israelense.

No entanto, é importante destacar que o Fatah enfrentou desafios internos, incluindo divisões políticas e rivalidades dentro do movimento, particularmente com o grupo islâmico Hamas. Essas divergências políticas e estratégicas levaram a períodos de conflito interno e instabilidade dentro da comunidade palestina.

De acordo com Levitt (2007), o Hamas, uma organização político-militar palestina, surgiu em 1987 durante a Primeira Intifada, um período de intensa agitação contra a ocupação israelense nos territórios palestinos. O nome “Hamas” é uma sigla árabe que significa “Movimento de Resistência Islâmica” (Harakat al-Muqawamah al-Islamiyyah). Desde a sua fundação, o Hamas desempenhou um papel significativo na resistência palestina, influenciando tanto a política interna quanto as dinâmicas regionais no conflito israelense-palestino.

O Hamas foi fundado por líderes islâmicos, incluindo Sheikh Ahmed Yassin, visando resistir à ocupação israelense e defender os direitos do povo palestino. Durante a Segunda Intifada (2000-2005), o Hamas ganhou popularidade devido à sua resistência armada contra as forças israelenses e sua assistência social às comunidades palestinas em meio à adversidade.

O Hamas tornou-se conhecido por sua resistência armada contra as forças israelenses, desafiando a ocupação militar e promovendo a luta palestina pela autodeterminação.

Além de suas atividades militares, o Hamas estabeleceu uma extensa rede de assistência social, incluindo escolas, hospitais e programas de ajuda financeira. Esses serviços ajudaram a construir apoio popular e a mitigar os impactos da ocupação.

O Hamas participou em eleições legislativas palestinas em 2006, ganhando a maioria das cadeiras no Parlamento. Esta vitória destacou seu papel tanto como um grupo de resistência quanto como um partido político, mostrando a diversidade de sua influência na sociedade palestina.

Em diferentes ocasiões, o Hamas mediou cessar-fogo temporários entre grupos palestinos e Israel, demonstrando sua capacidade de influenciar dinâmicas de conflito.

O Hamas permanece uma questão controversa na comunidade internacional. Alguns países o consideram um grupo terrorista, enquanto outros reconhecem seu papel como uma força de resistência legítima contra a ocupação israelense. Emergiu como uma entidade multifacetada, desempenhando um papel complexo na resistência palestina. Sua presença influente na política, sociedade e resistência armada tem moldado as dinâmicas do conflito israelense-palestino ao longo dos anos. É essencial considerar essa complexidade ao analisar a resistência palestina em seu contexto histórico e político mais amplo.

Antes do surgimento do Hamas como um dos principais movimentos de resistência palestina, houve outros grupos e organizações que desempenharam papéis significativos na luta palestina pela autodeterminação. Alguns desses movimentos incluem:

Quadro 3. Características de alguns dos principais movimentos de resistência palestina.

Movimentos de resistência palestina	Características
Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)	Fundada em 1967 por George Habash, a FPLP é uma organização marxista-leninista que inicialmente adotou métodos de guerrilha para resistir à ocupação israelense. Ela foi envolvida em vários ataques terroristas notáveis na década de 1970.
Fatah	Fundado em 1959 por Yasser Arafat, Fatah tornou-se o movimento palestino mais proeminente. Foi a principal força por trás da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Embora Fatah tenha inicialmente enfatizado métodos nacionalistas e seculares, ela também esteve envolvida em operações militares contra Israel.
Frente de Libertação da Palestina (FLP)	Fundada em 1961 por Ahmad Jibril, a FLP é uma organização marxista que inicialmente se concentrou em operações de guerrilha contra Israel. A FLP esteve envolvida em vários ataques e sequestrou aviões para chamar a atenção para a causa palestina.
Movimento pela Jihad Islâmica na Palestina	Fundado em 1980 por um grupo de militantes palestinos em Gaza, este movimento é uma organização islâmica que defende a luta armada contra Israel. Embora o grupo tenha origens independentes do Hamas, ambos compartilham uma ideologia semelhante de resistência islâmica.

<p>Hamás</p>	<p>O Hamás é um grupo político e militante islâmico palestino, fundado em 1987. Ele tem como objetivo principal resistir à ocupação israelense. O grupo controla a Faixa de Gaza desde 2007.</p> <p>Atua como um governo de fato na região, fornecendo serviços básicos, como saúde, educação e segurança, para a população local. Também mantém relações diplomáticas e alianças com outros grupos e países que compartilham seus objetivos políticos e ideológicos. Ele é considerado uma organização terrorista por vários países e organizações internacionais.</p>
--------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Camargo (2013); Lamesa (2021), Levitt (2007).

1.2.2. As influências do Hezbollah na Palestina

Conforme Norton (2009) e Oliveira (2023), o Hezbollah é uma organização político-militar xiita libanesa que tem laços com o Irã e a Síria. Embora não seja uma organização palestina, o Hezbollah tem influência na região da Palestina de várias maneiras.

O Hezbollah expressou apoio ideológico e político à causa palestina, especialmente contra Israel. Eles compartilham uma oposição comum a Israel e muitas vezes condenam as políticas israelenses na Palestina.

Há evidências de que o Hezbollah forneceu treinamento militar e apoio técnico a grupos palestinos como o Hamás, que é ativo na Faixa de Gaza. O Hezbollah compartilha táticas de guerrilha e experiência adquirida em confrontos com Israel. Como uma matéria do Correio Braziliense, do final de Outubro de 2023, diz:

O líder do movimento pró-iraniano Hezbollah se reuniu com líderes do Hamás e da Jihad Islâmica para discutir como apoiar estes movimentos palestinos em sua guerra contra Israel, disse o grupo libanês nesta quarta-feira (25). [...] conversaram sobre "o que as partes do eixo da resistência devem fazer nesta fase crítica, para conseguir a vitória (...) em Gaza e na Palestina" e "parar a agressão selvagem" de Israel, disse o Hezbollah em um comunicado. [...] Os três grupos constituem o chamado "eixo de resistência", pró-Irã e hostil ao Estado de Israel, e coordenam suas ações com outras facções palestinas, sírias e iraquianas.

O Hezbollah é conhecido por ser um intermediário no fornecimento de armas ao Hamás e a outros grupos militantes palestinos. Isso inclui foguetes e outras armas utilizadas em confrontos com Israel, é uma força poderosa no Líbano e na região e tem a capacidade de desestabilizar a situação política e de segurança em Israel e na Palestina, caso decida intervir ativamente.

A presença e a influência do Hezbollah na região podem afetar indiretamente o equilíbrio de poder e as dinâmicas políticas na Palestina, especialmente quando se trata de negociações de paz e conflitos regionais.

CAPÍTULO 2. MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA EM LIVROS DIDÁTICOS E ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA QUESTÃO PALESTINA

2.1. Representação da Palestina nos livros didáticos de Israel: uma análise crítica

O livro "Ideologia e Propaganda na Educação: os palestinos nos livros didáticos israelenses", escrito por Nurit Peled-Elhanan (2019), oferece uma análise incisiva e provocativa sobre a representação dos palestinos nos materiais didáticos utilizados nas escolas de Israel. Essa análise interessa para o ensino de Geografia, uma vez que, conforme Renato Emerson dos Santos (2010, p. 143), a Geografia serve “para a construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo”, entendendo por “mundo” uma noção que atenta para a “complexidade espaço-temporal das relações sociais do/no espaço vivido” (...) numa relação de imanência que torna indivíduo e mundo algo tão indissociáveis quanto estrutura (social, econômica, espacial, etc.) é em relação à experiência”. Isso nos conduz à questão: quais referenciais posicionais os livros didáticos israelenses e o ensino de Geografia constroem em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais?

Numa perspectiva de ensino de Geografia e antirracismo, Santos (2010) apresenta o quanto a importância da construção dos referenciais posicionais do indivíduo no mundo torna a leitura espacial das relações raciais uma tarefa importante, pois:

a raça é um princípio social de classificação de indivíduos e grupos, construído artificialmente para o ordenamento de relações de hierarquias e poder. Enquanto tal, ela regula comportamentos e relações, interfere nas trajetórias de indivíduos e na inserção social de grupos, sendo então um fator crucial na constituição da nossa estrutura social e espacial (Santos, 2010, p. 144).

Assim, motiva-nos entender as interferências da manipulação ideológica em livros israelenses na constituição social e espacial, identificando a grave problemática que podem gerar a construção de referenciais racistas na formação das identidades nacionais. Na obra Peled-Elhanan (2019), a autora conduz uma investigação metódica sobre como a ideologia e a propaganda são empregadas como ferramentas de formação

da identidade nacional e de percepção do "outro" no contexto da educação israelense. A autora examina uma ampla gama de materiais didáticos, desde livros de história até manuais de geografia, revelando como os palestinos são retratados e como essa representação contribui para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e narrativas de exclusão.

Além disso, o livro contextualiza essa análise dentro do contexto do conflito israelo-palestino, explorando como a educação desempenha um papel fundamental na formação das visões de mundo das futuras gerações e na reprodução de narrativas políticas dominantes. Peled-Elhanan expõe as implicações profundas dessa narrativa educacional para a percepção das crianças sobre os palestinos e para a busca de uma paz duradoura na região.

A representação da Palestina em livros didáticos de Israel é um tema de grande relevância e controvérsia, refletindo as complexas dinâmicas políticas, sociais e culturais presentes no conflito israelo-palestino. Peled-Elhanan (2019) examina minuciosamente como os livros escolares israelenses moldam a percepção dos alunos sobre o conflito, destacando as estratégias utilizadas para invisibilizar, desumanizar e estereotipar os palestinos. Por meio de exemplos concretos e análises detalhadas, a autora demonstra como essa representação tendenciosa perpetua preconceitos e hostilidades, dificultando a construção de uma paz duradoura na região.

Peled-Elhanan (2019) lança luz sobre a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, revelando as intrincadas interações entre ideologia, propaganda e educação. A representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, como observado pela autora, oferece uma visão reveladora sobre a ideologia e propaganda presentes na educação israelense. A autora argumenta que os livros didáticos muitas vezes perpetuam a invisibilidade da Palestina ao minimizar ou ignorar a presença palestina na região. Ela destaca como os livros escolares israelenses omitem deliberadamente qualquer menção à cultura palestina, contribuindo para a desumanização dos palestinos aos olhos dos estudantes israelenses.

Em um dos exemplos citados pela autora, a Palestina é representada de maneira distorcida e estereotipada. Os palestinos são frequentemente retratados como terroristas ou figuras marginais, sem uma apresentação equitativa de sua história, cultura ou aspirações. Essa representação tendenciosa perpetua preconceitos e estigmas, moldando a visão dos estudantes sobre o povo palestino e o conflito em si.

Em termos de coesão, o contraste entre os dois esquemas de cor – as cores “árabes” naturais versus as cores “judaicas” manufaturadas ou importadas – pode representar as relações de poder entre as duas culturas. A dominação judaico-ocidental sobre a paisagem árabe-oriental é o que a educação israelense apresenta como desenvolvimento (Peled-Elhanan, 2019, p. 169).

Essas descobertas se tornam ainda melhor compreendidas quando consideramos a crítica à sociedade pós-moderna do geógrafo britânico David Harvey (1992), no livro “A condição pós-moderna”. Harvey (1992) argumenta que na atualidade, as narrativas muitas vezes se tornam descentralizadas e fragmentadas, permitindo múltiplas interpretações da realidade. Nos livros didáticos de Israel, a narrativa traz uma visão unidimensional e unilateral do conflito. A perspectiva sobre a região é assim manipulada para reforçar uma única ideologia, perpetuando a polarização e a falta de compreensão mútua entre as comunidades israelense e palestina.

Nos livros didáticos israelenses, a Palestina é frequentemente representada como um espaço “estrangeiro” e hostil, separando-o do suposto lugar seguro e familiar de Israel. Essa dicotomia reforça a divisão entre as comunidades, criando uma barreira simbólica que dificulta a empatia e a compreensão mútua.

A representação da Palestina nos livros didáticos de Israel, como analisada por Peled-Elhanan, revela não apenas uma manipulação ideológica, mas também uma negação da relação entre a sociedade e o espaço, produzindo uma distorção dos conceitos de espaço e de lugar. Esses elementos convergem para perpetuar estereótipos prejudiciais, minar o diálogo e aprofundar as divisões entre israelenses e palestinos.

Desse modo, a responsabilidade de Israel pelo “atraso” dos vilarejos árabes é encoberta e, ao mesmo tempo, o conflito palestino é apresentado como um processo autogerado (...). Esses fatos são apresentados como se fossem fenômenos naturais ou autogerados, mas na verdade fazem parte de uma política bastante clara de discriminação e confisco de terras (Peled-Elhanan, 2019, p. 145).

2.2. Ideologia e propaganda na educação: manipulações em livros didáticos de Israel

O sentido geral do ensino de Geografia é promover uma compreensão aprofundada e crítica do espaço geográfico, incluindo suas características físicas, sociais, econômicas e culturais, bem como as interações complexas entre esses elementos. A Geografia na educação básica tem como objetivo fornecer aos estudantes

as ferramentas necessárias para entender o mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades de análise espacial, pensamento crítico e consciência global.

Além disso, o ensino de Geografia visa promover uma apreciação pela diversidade cultural e ambiental do planeta, incentivando o respeito pela natureza e pelas diferentes sociedades e culturas que habitam a Terra. Isso envolve explorar questões como desigualdades socioespaciais, sustentabilidade ambiental, globalização, migração e conflitos territoriais, entre outros temas relevantes.

Em um nível mais amplo, a educação geográfica busca capacitar os alunos a se tornarem cidadãos informados e engajados, capazes de entender e contribuir para resolver os desafios globais contemporâneos, bem como de tomar decisões fundamentadas sobre questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento urbano, políticas públicas e relações internacionais.

Santos (2010, p. 142) aponta que a Geografia contribui para a formação humana, “constituindo referenciais para inserção do indivíduo no mundo, em seus espaços de socialização”. Para o autor, o “sentido do aprender e ensinar a Geografia é se posicionar no mundo”, tanto no que se refere a “conhecer sua posição no mundo”, como “tomar posição neste mundo”, que significa:

se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução desse mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre esse mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar (Santos, 2010, p. 142).

Assim, o ensino de Geografia também é um condutor, que te tira de um lugar e te leva para outro, que pode ser uma visão que constrói uma abstração, que humaniza, conforme indicou Renato Emerson dos Santos no excerto acima, ou que desumaniza, por exemplo, generalizando a diversidade de povos localizados em uma região em povos árabes.

A presença marcante de ideologia e propaganda nos livros didáticos de Israel é um fenômeno estudado minuciosamente por Peled-Elhanan (2019). Em sua obra, ela desvela como os materiais educacionais são utilizados como ferramentas de controle ideológico, influenciando as percepções dos estudantes sobre a Questão Palestina.

Peled-Elhanan (2019) destaca que os livros didáticos muitas vezes são utilizados como veículos para promover uma ideologia específica, retratando a narrativa israelense de forma positiva, enquanto marginaliza ou demoniza a Palestina. Esta manipulação

ideológica é uma forma de propaganda, onde a história é filtrada e apresentada de maneira a apoiar uma visão particular do conflito.

A ideologia presente nos livros didáticos muitas vezes representa os palestinos como "outros", reforçando estereótipos e promovendo a desumanização. A apresentação tendenciosa de eventos históricos e políticos serve para criar uma dicotomia entre o "nós" (israelenses) e "eles" (palestinos), alimentando o nacionalismo e fortalecendo a identidade israelense em oposição à palestina.

Rotular uma nação de “problema” já é por si só perturbador, sobretudo em um livro didático judeu apenas sessenta anos depois de os próprios judeus terem sido denominados de o “problema judaico”. E de fato, rotular o povo palestino de “problema” (às vezes como um problema tóxico) assinala não apenas sua exclusão social da sociedade em geral, como vai além e desemboca como foi no caso dos judeus e outros grupos indesejados na Europa racista- na legitimação da sua eliminação (PELED-ELHANAN, 2019, p. 99).

Essa manipulação ideológica também influencia a percepção dos estudantes sobre a violência e o conflito. Ao retratar os palestinos como ameaças terroristas ou agressores, os livros didáticos perpetuam o medo e a hostilidade, dificultando a construção de pontes entre as comunidades em conflito. A interpretação seletiva de eventos históricos cria uma narrativa unilateral, obscurecendo nuances importantes e perpetuando uma visão simplista e polarizada do conflito. Isso produz impactos severos nos referenciais posicionais do indivíduo no mundo, uma vez que, a partir de Santos (2010) podemos entender essas representações dos palestinos e todas as demais manipulações ideológicas como parte da concepção de espaço geográfico não somente como estrutura, mas também como experiência, ou seja:

posições que os indivíduos e grupos sociais ocupam, bem como as relações que eles vivenciam, condicionam trajetórias sociais que são, também, trajetórias espaciais, o que nos permite apontar as inscrições sócio-espaciais de indivíduos e grupos como sendo experiências espaciais das relações sociais, econômicas e de poder (Santos, 2010, p. 143).

Portanto, compreensões que contribuem para a Geografia trabalhada na sala de aula, pois se tratam, como diz o autor, de noções que aprendemos/ensinamos sobre a geografia que servem para saber interpretar esse mundo, conhecer a sua posição no mundo e agir neste mundo.

A propaganda educacional, portanto, não apenas molda as atitudes dos estudantes, mas também afeta a dinâmica do conflito ao reforçar divisões e

preconceitos. Ao analisar essa manipulação ideológica, podemos compreender melhor como a educação é usada como uma ferramenta para perpetuar agendas políticas, destacando a importância de uma abordagem crítica na análise dos materiais educacionais.

2.3. Articulando a compreensão da questão Palestina com as dinâmicas do “novo imperialismo”

A crítica que David Harvey oferece pode auxiliar a entender as narrativas complexas presentes nos livros didáticos de Israel. Harvey (1992, p. 44) argumenta que na era pós-moderna, as narrativas tornam-se descentralizadas e fragmentadas, permitindo uma multiplicidade de interpretações da realidade. “Mas aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos traz o agudo problema de comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando” (Harvey, 1992, p. 53). Observa-se que nos livros didáticos israelenses, a narrativa pós-moderna é utilizada em favor de uma visão unidimensional e unilateral do conflito Israel-Palestina.

As narrativas que poderiam abrir espaço para diversas perspectivas sobre o conflito são assim manipuladas para reforçar uma única ideologia. Em vez de refletir a diversidade de experiências e interpretações, os livros didáticos apresentam uma narrativa homogeneizada que reforça as visões predominantes, limitando assim a compreensão dos estudantes sobre o conflito. A pluralidade de vozes e perspectivas, numa busca por análises mais totalizantes das situações, é essencial para uma compreensão menos manipuladora dos conflitos territoriais, o que tem sido silenciado, perpetuando assim a polarização e a falta de compreensão mútua entre israelenses e palestinos.

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-modernista simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global (Harvey, 1992, p. 55).

Ao adotar a abordagem de Harvey (1992), podemos questionar como as distorções nos livros didáticos de Israel podem ser associadas a narrativas produzidas na perspectiva da pós-modernidade. Em vez de celebrar a diversidade de experiências e interpretações, as narrativas são moldadas para reforçar uma visão particular da história e do conflito. Esta manipulação da pós-modernidade serve para consolidar a ideologia dominante e suprimir qualquer narrativa que possa desafiar as percepções estabelecidas pelos livros didáticos.

A ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, e os seus sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles (Harvey, 1992, p. 56).

Além disso, Harvey (1992) nos lembra da fluidez das identidades e das fronteiras que caracterizam o período atual. No contexto dos livros didáticos israelenses as fronteiras são rigidamente definidas, separando o "nós" e o "eles". Isso coloca em cheque aquilo que a pós-modernidade aponta como fim de fronteiras e fortalecimento da interconectividade e a interdependência das identidades. Ao suprimir essa fluidez, os livros didáticos perpetuam uma visão estática e essencialista das identidades israelenses e palestinas, impedindo a compreensão da complexidade e da interseccionalidade das identidades humanas.

O retrato do pós-modernismo que esbocei até agora parece depender, para ter validade, de um modo particular de experimentar, interpretar e ser no mundo – o que nos leva ao que é talvez, a mais problemática faceta do pós-modernismo: seus pressupostos psicológicos quanto à personalidade, à motivação e ao comportamento. A preocupação com a fragmentação e instabilidade da linguagem e dos discursos leva diretamente, por exemplo, a certa concepção da personalidade (Harvey, 1992, p. 56).

Harvey oferece uma ferramenta analítica valiosa para desvelar as estratégias de manipulação presentes nos livros didáticos de Israel e impactos na personalidade dos estudantes que o têm como tradução das realidades espaciais. Ao revelar como a pós-modernidade distorce e suprime facetas da realidade, podemos entender melhor como as narrativas são construídas e como a compreensão dos estudantes é moldada de acordo com ideologias específicas, enfatizando a necessidade de uma educação mais diversificada e inclusiva.

Por exemplo, podemos examinar a maneira como a ocupação israelense da Cisjordânia e a construção de assentamentos têm sido justificadas tanto pelas narrativas de segurança de Israel quanto pelas reivindicações de direitos dos Palestinos. Isso implica examinar as narrativas históricas, culturais e políticas que moldaram as

percepções e as identidades em conflito. Além disso, a descentralização do poder apontada por Harvey nos leva a considerar não apenas as estruturas de poder tradicionais, mas também as formas de poder mais sutis e difusas que influenciam a dinâmica do conflito, como a economia global, as mídias sociais e os movimentos sociais. A análise geográfica proposta por Harvey auxilia a examinar o papel do espaço físico na perpetuação do conflito, incluindo questões como o controle do território, a construção de assentamentos e a segregação urbana.

Há no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser aprendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo (Harvey, 2003, p. 25).

A Geografia se faz potente, portanto, quando consegue desenvolver o pensamento, a partir dos conceitos e conteúdos geográficos, que revelam que “[...] praticamente todos os conflitos no Oriente Médio, até hoje (incluindo a Primavera Árabe), devem ser vistos como tendo pelo menos alguma inspiração e motivação neste processo de construção de fronteiras nacionais iniciado pela colonização europeia” (Schiocchet; Caramuru, 2023, n.p.).

Harvey (2003) argumenta que o capitalismo contemporâneo entrou em uma nova fase de expansão imperialista, caracterizada por estratégias econômicas, políticas e militares que visam manter e ampliar o domínio do capital global sobre recursos, mercados e trabalho. Esse "novo imperialismo" difere do imperialismo clássico em sua abordagem, sendo mais sutil, flexível e complexo.

A acumulação por desapossamento é central para a compreensão do "novo imperialismo" discutido por Harvey (2003). Ele descreve esse processo como a apropriação de recursos, territórios e bens comuns por parte de interesses poderosos, muitas vezes à custa das comunidades locais. Isso pode envolver deslocamento forçado de populações, privatização de recursos naturais, expropriação de terras e imposição de políticas que marginalizam determinados grupos.

Tanto a teoria da acumulação primitiva e desenvolvimento capitalista de Marx quanto o conceito do novo imperialismo de Harvey abordam a dinâmica do capitalismo em diferentes estágios históricos, enfatizando a busca por recursos, mercados e poder por parte das elites econômicas dominantes. Ambos os conceitos destacam a natureza

intrínseca do sistema capitalista em buscar expansão, dominação e acumulação de riqueza, muitas vezes às custas das populações marginalizadas e dos recursos naturais.

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (Harvey, 2023, p. 121).

A questão Palestina é um exemplo paradigmático da aplicação do conceito de acumulação por desapossamento. Desde o estabelecimento do Estado de Israel em 1948, os palestinos têm enfrentado um processo contínuo de despossessão de suas terras, recursos e direitos.

A colonização da Palestina por Israel é caracterizada por uma série de políticas e práticas que visam consolidar o controle sobre o território e marginalizar a população nativa. Isso inclui a construção de assentamentos ilegais em terras palestinas, a construção do muro de separação na Cisjordânia, a imposição de restrições à liberdade de movimento e o controle sobre recursos hídricos e agrícolas. "O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos [...]" (Harvey, 2023, p. 121).

A ocupação e anexação de terras palestinas por Israel são amplamente apoiadas por potências internacionais, especialmente os Estados Unidos, o que evidencia a dimensão global do conflito e sua conexão com as dinâmicas do "novo imperialismo".

A questão Palestina ilustra de forma vívida como a acumulação por desapossamento opera no contexto do "novo imperialismo", conforme Harvey (2003). A apropriação de terras e recursos por Israel, com o respaldo de atores geopolíticos poderosos, reflete a lógica da expansão capitalista que busca maximizar lucros e consolidar o controle sobre territórios estratégicos.

A análise de Harvey (2003) fornece um quadro conceitual útil para entender não apenas os aspectos econômicos e políticos da questão Palestina, mas também suas ramificações sociais, culturais e humanitárias. Isso permite uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder e dominação que moldam o conflito na região.

Além disso, a questão Palestina destaca a necessidade de uma abordagem crítica e engajada em relação ao imperialismo contemporâneo e às formas de resistência e solidariedade que surgem em resposta a ele. A luta do povo palestino por autodeterminação e justiça é parte integrante da luta global contra a opressão e a exploração.

Todos os pontos mencionados por Marx permaneceram fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo. E, conforme ocorreu no passado, estes processos de desapossamento vêm provocando um grande número de resistências, muitas das quais atualmente formam o núcleo das preocupações dos movimentos anti-globalização (Harvey, 2005, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar a representação da Palestina nos livros didáticos de Israel através dos estudos críticos de Peled-Elhanan e da análise das narrativas pós-modernas a partir de Harvey, este estudo revelou as complexidades e desafios que permeiam o campo educacional em contextos de conflitos territoriais, como é o caso da questão Palestina. As descobertas destacam não apenas a manipulação ideológica presente nos materiais educacionais, mas também a profundidade das divisões sociais e culturais que estas representações reforçam.

A análise das obras realizada por Peled-Elhanan revela não apenas a presença de uma ideologia específica nos livros didáticos, mas também a sua evolução ao longo do tempo. A invisibilidade inicial da Palestina cedeu lugar a uma representação distorcida e estereotipada, ampliando as barreiras de compreensão entre as comunidades. A perspectiva crítica às narrativas pós-modernas de Harvey destacou como a pluralidade de vozes e interpretações são suprimidas, resultando em narrativas simplistas que perpetuam a polarização, que facilitam o novo imperialismo na Palestina.

Diante dessas complexidades, torna-se claro que a educação e principalmente do papel dos conhecimentos geográficos na formação dos estudantes desempenha um papel fundamental na construção e na perpetuação das percepções sobre o “outro”. A manipulação ideológica e a distorção das narrativas não apenas limitam a compreensão dos estudantes, mas também perpetuam preconceitos e hostilidades, dificultando o diálogo e a construção de pontes entre as comunidades.

Para avançar em direção a uma coexistência pacífica e uma compreensão mútua, é crucial repensar a forma como a geografia, a história e a cultura são ensinadas. Uma abordagem educacional problematizadora e humanizadora, que valorize as múltiplas

perspectivas e experiências, pode criar um ambiente propício para a reconciliação e o entendimento. É essencial, portanto, promover uma educação que incentive o pensamento crítico, capacitando os estudantes a questionar e analisar as informações que lhes são apresentadas, desafiando assim as narrativas unilaterais e preconceituosas. No ensino de Geografia em sala de aula, sobretudo no que diz respeito às representações sobre a Palestina e o conflito israelo-palestino em livros didáticos e qualquer material utilizado na escola, deve estar sempre atento quanto a quais referenciais posicionais os livros didáticos israelenses e o ensino de Geografia constroem em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais.

Estudos de David Harvey demonstraram a importância de considerar formas de resistências às opressões, identidades e direitos, questões para melhor compreensão das representações, por muitas vezes, manipuladas sobre os conflitos entre Israel e Palestina.

Em última análise, este estudo ressalta a necessidade de uma educação e de um ensino de Geografia que transcenda as fronteiras políticas e culturais, reconhecendo a humanidade compartilhada que situa todas as pessoas envolvidas no conflito Israel-Palestina em um território compartilhado, o que abre espaço para um futuro de paz e coexistência na região.

Os conflitos que ocorrem nessa região do globo não podem ser entendidos fora do capitalismo, nesse contexto a Europa e os EUA estão diretas ou indiretamente ligados a esses conflitos, uma vez que interesses econômicos e estratégicos muitas vezes influenciam suas políticas e intervenções na região. Para equilibrar a balança comercial, é preciso criar conflitos bélicos, o que pode alimentar um ciclo de violência e instabilidade, beneficiando certos setores da economia ligados à indústria de defesa e à exploração de recursos naturais.

Enfim, o texto buscou trazer questões contemporâneas e proposições analíticas que a Geografia pode abordar para a construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo em relação ao conflito israelo-palestino e às identidades nacionais.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Breno. **Contra o Sionismo**: retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: Editora Alameda, 2023.

CAMARGO, Cláudio. Guerras Árabe-israelenses. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Representação política e enfrentamento ao racismo. In: Seminário **Temático - Representação Política e Enfrentamento ao Racismo**. Salvador-BA: 2013. (Racismo Institucional: Fórum de debates – educação e saúde. Belo Horizonte-MG).

Correio Braziliense. **Líder do Hezbollah se reúne com chefes do Hamas e da Jihad Islâmica**. Correio Braziliense – Mundo. Agence France-Presse. 25/10/2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/10/5137307-lider-do-hezbollah-se-reune-com-chefes-do-hamas-e-da-jihad-islamica.html> Acesso em: 17 abr. 2024.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. O “novo imperialismo”- ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas Sociais**, n. 13/14, p. 9-23, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18665>. Acesso em: 22 mar. 2024.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LAMESA, Maitê Pereira. Israel-Palestina: velhas perguntas sem novas respostas. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Dossiê de conflitos contemporâneos**. Observatório de Conflitos - GEDES/UNESP, v. 2, n. 1, 2021.

LEVITT, Matthew. **Hamas**: política, caridade e terrorismo a serviço da Jihad. Londres: Princeton University Press, 2007.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Palestina**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/palestina.htm>. Acesso em: 17/04/2024.

NORTON, Augustus R.. **Hezbollah**: A Short History. Princeton: Princeton University Press, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Gercyane. Política, Terrorismo e Guerra: Os Mitos e Verdades do Hezbollah. **Opera Mundi**, São Paulo, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/83967/politica-terrorismo-e-guerra-os-mitos-e-verdades-do-hezbollah>. Acesso em: 03/02/2024.

OZ, Amós. **Contra o fanatismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PAIK, Rocio. Ataque de Israel no Líbano mata alto comandante do Hezbollah. **Opera Mundi**, São Paulo, 8 de jan de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/84872/ataque-de-israel-no-libano-mata-alto-comandante-do-hezbollah>. Acesso em: 03/02/2024.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sudderman, 2019.

PELED-ELHANAN, Nutrit. **Ideologia e propaganda na educação**: os palestinos nos livros didáticos israelenses. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PINSKY, Jaime. **Origens do nacionalismo judaico**. São Paulo: Hucitec, 1978.

RAHMAN, Sameena. 2023: o ano mais sangrento já vivido pelos palestinos da Cisjordânia. **Opera Mundi**, 2 de fev de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/85384/2023-o-ano-mais-sangrento-ja-vivido-pelos-palestinos-da-cisjordania>. Acesso em: 03/02/2024.

SAID, Edward W.. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**: da Bíblia ao sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. Brasil, Cortez Editora, 2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, n. 34, vol. 1, 2010. p. 141-160.

SCHIOCCHET, Leonardo; CARAMURU, Barbara. Al-Nakba: a criação de Israel e a catástrofe Palestina. **Le Mond Diplomatique Brasil**. 15. Nov. 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/al-nakba-criacao-israel-catastrofe-palestina/>. Acesso em: 19/02/2024.

TENÓRIO, Sayd Marcos. **Palestina**: do mito da terra prometida à terra da resistência. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Brasil-Palestina (IBRASPAL), 2022. 408 p.

VERDIER, Oriane. Gaza está inabitável e ONU não consegue determinar escala exata do desastre. **Opera Mundi**, 31 de jan de 2024. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/85338/gaza-esta-inabitavel-e-onu-nao-consegue-determinar-escala-exata-do-desastre>. Acesso em: 03/02/2024.